



PROCURADORIA  
**DA MULHER**  
CÂMARA DE MARINGÁ



RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

PROCURADORIA  
**DA MULHER**  
CÂMARA DE MARINGÁ



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

Apresentação de relatório de Atividades da Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá do período de janeiro a dezembro de 2024, conforme previsto na Resolução nº 659 do Regimento Interno.

MARINGÁ  
2025



## SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Capacitação e formação
3. Participação em eventos
4. Eventos promovidos pela Procuradoria da Mulher
5. Articulação e parcerias interinstitucionais
6. Ações institucionais
7. Iniciativa para promoção da participação feminina na política
8. Divulgação dos serviços e da rede de apoio à mulher
9. Reivindicações e sugestões para melhoria da rede de atendimento
10. Fiscalização de políticas públicas e recebimento de denúncias
11. Atuação no enfrentamento à violência política contra a mulher
12. Atendimento, orientações e acolhimento
13. Plano de ações para 2025



# 1 | Apresentação

A Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Maringá apresenta o Relatório Anual de Atividades, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2024, em conformidade com a Resolução nº 659 do Regimento Interno da Câmara.

O ano de 2024 foi marcado pelo período eleitoral, o qual exigiu da Procuradoria da Mulher uma atuação cuidadosa e alinhada às diretrizes legais vigentes. Em conformidade com a legislação eleitoral, especialmente as disposições contidas na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) e nas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), algumas atividades institucionais foram adaptadas para evitar qualquer interpretação de promoção pessoal. Nesse contexto, o afastamento preventivo da Procuradora foi realizado em obediência ao calendário eleitoral estabelecido pela Justiça Eleitoral.

Durante esse período as atividades da Procuradoria não foram interrompidas. Garantiu-se a continuidade dos atendimentos às mulheres, bem como o acompanhamento de demandas institucionais. Apenas as publicações em redes sociais, a realização de eventos públicos e a participação em atos oficiais externos foram limitadas ou ajustadas para cumprir as normas eleitorais. As campanhas de conscientização, como as de combate à violência de gênero, foram reprogramadas para o período posterior, assegurando que a população não fosse prejudicada no acesso à informação.

Este relatório apresenta uma análise das principais ações desenvolvidas ao longo de 2024, evidenciando o compromisso da Procuradoria da Mulher com a defesa dos direitos das mulheres. As atividades foram organizadas em diferentes frentes de atuação, incluindo a capacitação e formação contínua, a participação em eventos externos e a realização de eventos próprios voltados à sensibilização e conscientização da sociedade. Destacam-se as articulações e parcerias interinstitucionais, que fortaleceram a rede de apoio e ampliaram o alcance das ações. Nesse contexto, foram promovidas iniciativas para incentivar a participação feminina na política, bem como estratégias de divulgação dos serviços disponíveis para as mulheres. Constam ainda as reivindicações e sugestões para o aprimoramento da rede de atendimento, a fiscalização de políticas públicas e o recebimento de denúncias de violação de direitos e atuação no enfrentamento à violência política contra a mulher. Por fim, registra-se o atendimento, a orientação e o suporte humanizado às mulheres, reafirmando o compromisso com o acolhimento e a garantia de direitos.



## 2 | Capacitação e Formação

Com o propósito de aprimorar a execução de nossas atribuições, priorizamos a formação e a qualificação contínuas, com foco no aprofundamento dos conhecimentos sobre as múltiplas dimensões da violência de gênero, desde suas raízes históricas até suas manifestações contemporâneas. Nosso objetivo foi não apenas fortalecer as competências técnicas, mas também ampliar a compreensão sobre equidade de gênero, autonomia feminina, enfrentamento à violência e interseccionalidade.

Nesse sentido, participamos de uma série de iniciativas de capacitação, incluindo cursos online na Plataforma *Saberes* do Senado Federal, eventos presenciais e estudos bibliográficos. Essas atividades permitiram aprimorar o conhecimento em áreas como: Direitos das Mulheres, Estudos de Gênero, Promoção da Diversidade, Caracterização da Violência Política contra a Mulher, funcionamento dos órgãos de proteção e análise de projetos implementados em nível nacional.

Dentre as ações destaca-se a participação presencial da Procuradora da Mulher da Câmara Municipal de Maringá, vereadora Professora Ana Lúcia, no “I Seminário sobre Violência Política de Gênero: Precisamos Falar Sobre Isso”. O evento realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, contou com a presença de outras instituições de referência, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná (OAB/PR), a Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados e a Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, além de especialistas reconhecidos nacionalmente. Essa experiência foi fundamental para fortalecer as estratégias de enfrentamento à violência política de gênero, especialmente no contexto eleitoral de 2024.

Na ocasião do Seminário, a Professora Ana Lúcia também fez uso da fala para apresentar a atuação da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Maringá que em iniciativa pioneira no âmbito do Poder Legislativo Municipal, criou em 2023 o protocolo de enfrentamento à violência política contra a mulher junto com a Justiça Eleitoral, o Ministério Público Eleitoral, a Polícia Federal em Maringá e a Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Maringá.





A Procuradora da Mulher da Câmara Municipal de Maringá também entregou às autoridades presentes cópias do referido protocolo. Nas imagens a seguir, o registro da entrega do documento, respectivamente ao Procurador Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), Marcelo Godoy; a Procuradora Regional da República e diretora-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento; e ao Desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, Presidente do TRE-PR.





### 3 | Participação em eventos

Estabelecemos colaborações com diversos membros da Rede Municipal de Proteção à Mulher, tanto do setor governamental quanto da sociedade civil organizada; assim como com as diversas Procuradorias das Câmaras da nossa região, com o objetivo de fortalecer uma articulação mais eficaz no combate à violência contra as mulheres.

Prestigiamos a Inauguração da Galeria Lilás na Câmara Municipal de Marialva, um espaço permanente destinado à exposição de um mural com as fotos das vereadoras que exerceram mandatos ao longo de todas as legislaturas da Casa. A participação da Procuradoria da Mulher nesse evento simbolizou a valorização e o reconhecimento da participação feminina na política, destacando a importância da representatividade feminina nos espaços de poder. Essa iniciativa não apenas resgata a memória das mulheres que ocuparam cargos legislativos, mas também inspira futuras gerações a se engajarem na política local.





Participamos do Evento Comemorativo ao Dia Internacional da Mulher, realizado no Parque Tarumã, que contou com uma ampla programação de atividades como Roda de Conversa sobre Violência contra a Mulher e Palestra sobre Direitos Reprodutivos destinada especialmente a jovens, com o objetivo de conscientizar sobre temas cruciais para o bem-estar e a autonomia feminina. Além disso, a programação incluiu atividades culturais e artísticas, proporcionando um espaço de reflexão e engajamento social. A participação ativa da Procuradoria reforçou o papel fundamental da educação e da informação como ferramentas de transformação social.



A Procuradoria da Mulher também participou da Caminhada pelo Femicídio Zero em Maringá, evento organizado por meio do Fórum Maringaense de Mulheres e demais entidades ligadas aos direitos das mulheres, uma ação que compõe a campanha Femicídio Zero, do Ministério das Mulheres do Governo Federal e é realizada nos municípios durante os 16 dias de ativismo que tem o ápice no dia 25 de novembro que foi reconhecido pelas Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.





## 4 | Eventos realizados

Entre os eventos de maior destaque, está a II Edição do evento "Mulheres no Parlamento – uma jornada pela Galeria Lilás", promovida como parte das atividades comemorativas do Mês da Mulher. O encontro teve como principal objetivo fomentar um diálogo construtivo com ex-vereadoras que exerceram mandato na Câmara Municipal de Maringá, as quais foram homenageadas e reconhecidas na Galeria Lilás, um espaço permanente de memória e valorização da participação feminina no Parlamento Municipal.

Além de homenagear as ex-parlamentares, o evento contou com a participação de 250 estudantes do ensino médio dos Colégios Sesi e Unidade Polo de Maringá que tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o papel das mulheres na política e refletir sobre a importância da representatividade feminina nos espaços de decisão. A interação entre os jovens e as ex-vereadoras proporcionou uma rica troca de experiências, estimulando o engajamento cívico e a formação de novas lideranças femininas. A iniciativa também reforçou a relevância do diálogo intergeracional, envolvendo a juventude em discussões fundamentais sobre democracia, equidade de gênero e participação política.





## 5 | Articulação e parcerias interinstitucionais

A nossa trajetória é marcada pela consolidação de parcerias estratégicas e interinstitucionais. Compreendemos que essa abordagem não apenas amplifica o impacto das ações, mas também propicia uma valiosa troca de experiências e boas práticas.

Nesse sentido, reunimo-nos com a Delegada Adjunta Paloma Gonçalves, na Delegacia da Mulher de Maringá (DEAM) para dialogar sobre temas fundamentais como: o número de vítimas de violência doméstica, os crimes contra a dignidade sexual e os casos de feminicídio registrados na cidade. Além disso, o encontro teve como objetivo esclarecer dúvidas sobre os fluxos de atendimento e os tipos de casos que devem ser encaminhados à DEAM, visando à qualificação do suporte oferecido às mulheres que acessam a Procuradoria. Essa aproximação fortaleceu o diálogo interinstitucional e contribuiu para o aprimoramento das ações de acolhimento e orientação.



Em outra oportunidade, convidamos a Delegada para uma fala na Tribuna do Parlamento, ocasião em que destacou a atuação da Delegacia da Mulher (DEAM), os desafios enfrentados pela instituição e a importância do trabalho conjunto com o Legislativo Municipal para o enfrentamento à violência. A fala pública foi um marco para o fortalecimento da rede de apoio, além de sensibilizar vereadores, servidores e a comunidade em geral sobre a gravidade do tema e a necessidade de mobilização coletiva para combatê-la.

Entendemos que a articulação com órgãos de proteção e segurança pública resultam no fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, no aprimoramento das orientações fornecidas pela Procuradoria em seus atendimentos e na disseminação de informações fundamentais para garantir o acesso das mulheres aos serviços de proteção e justiça.



Com o intuito de fomentar a participação ativa das entidades da sociedade civil na construção de políticas de prevenção e enfrentamento à violência, a Procuradoria da Mulher participou de uma reunião virtual com o Fórum Maringaense de Mulheres (FMM), a ONG Maria do Ingá e outras entidades de mulheres. O encontro teve como principal objetivo o planejamento de atividades conjuntas, fortalecendo a articulação entre as organizações e a Procuradoria. Durante a reunião, foram discutidas ações integradas para a construção de uma agenda colaborativa de atividades que incluiu a realização dos eventos supracitados em defesa dos direitos da mulher.



O mesmo grupo voltou a se reunir de maneira presencial para organização específica de atividade para marcar o dia 25 de novembro, que é o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Na mesma oportunidade foi realizada uma avaliação sobre a presença das mulheres candidatas no processo eleitoral.

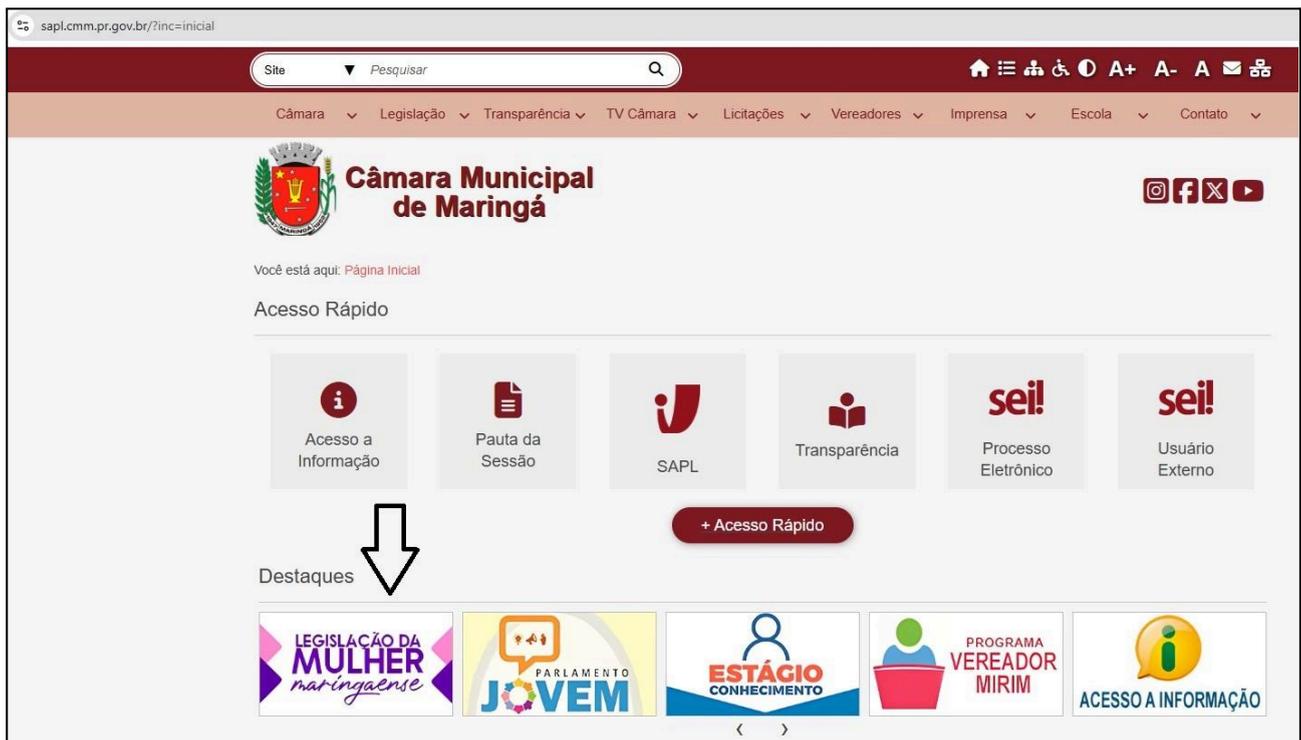


## 6 | Ações institucionais

Na busca por promover a transparência, o acesso à informação e a ampliação da cidadania para as mulheres maringaenses, a Procuradoria da Mulher viabilizou a criação do Compêndio da Legislação da Mulher Maringaense. Trata-se de um documento que compila todas as leis e normas municipais voltadas à proteção e à promoção dos direitos das mulheres.



Anteriormente, as legislações que beneficiavam as mulheres estavam dispersas em diferentes normativas, o que dificultava o acesso e o entendimento por parte da população. Com a criação do compêndio, essas informações foram reunidas em um único documento de fácil consulta, possibilitando que as mulheres conheçam seus direitos e saibam como garanti-los. Entendendo a importância dessa medida, propusemos que o conteúdo ficasse disponível no site oficial da Câmara Municipal de Maringá, ampliando o alcance e a acessibilidade das informações, sendo seu acesso por meio da aba específica identificada “Legislação da Mulher Maringaense”.



## 7 | Iniciativas para promoção da participação feminina na política

A promoção da participação feminina nos espaços de poder e decisão política é uma das frentes de atuação da Procuradoria da Mulher. Reconhecendo sua sub-representação na política e os desafios enfrentados para ocupar esses espaços; desenvolvemos e apoiamos iniciativas educativas e formativas que incentivam a atuação ativa das mulheres.

Nesse contexto, destacamos a participação no Módulo "Eleições" do Estágio Conhecimento, promovido pela Escola Legislativa da Câmara Municipal de Maringá. Durante a atividade, contribuímos com debates e reflexões voltados à compreensão do sistema eleitoral e à importância da participação feminina em espaços de poder e decisão. A ação também visou a estimular a formação de novas lideranças femininas, promovendo um ambiente de diálogo e conscientização sobre a relevância da equidade de gênero na política.



## 8 | Divulgação dos Serviços e da Rede de Apoio à Mulher

A divulgação dos serviços e da rede de apoio à mulher é uma das estratégias fundamentais da Procuradoria da Mulher para ampliar o acesso à informação e fortalecer a proteção dos direitos femininos. Por meio de ações educativas e de conscientização, buscamos orientar a sociedade sobre as formas de violência previstas na Lei Maria da Penha, divulgar os canais de atendimento e suporte disponíveis.

Nesse contexto, destacamos a Roda de Conversa realizada no Centro Municipal de Ensino Infantil (CMEI) José Pacheco dos Santos, a convite da Diretoria. A atividade foi direcionada às servidoras do CMEI e abordou as diversas formas de violência contra a mulher, com foco na identificação precoce de sinais de abuso. Também foram apresentadas as principais informações sobre a Rede de Atendimento à Mulher, destacando os serviços de apoio disponíveis para vítimas de violência ou para quem conhece alguém nessa condição. A ação reforçou o papel preventivo e educativo da Procuradoria, promovendo o acesso à informação e o fortalecimento da rede de proteção.



## 9 | Reivindicações e Sugestões para Melhoria da Rede de Atendimento à Mulher

Com o objetivo de fortalecer a proteção e o atendimento às mulheres, a Procuradoria da Mulher propõe ações que visam à qualificação dos serviços prestados e à ampliação do acesso à informação. Nesse sentido, buscamos identificar lacunas no sistema de atendimento e apresentar sugestões que contribuam para uma rede mais eficaz e acessível.

Entre as principais reivindicações, destacamos a proposta direcionada à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres para a instalação de cartazes informativos nas unidades hospitalares. A medida visa a garantir maior visibilidade aos direitos das mulheres, especialmente no que se refere ao direito à presença de acompanhante nos procedimentos médicos, conforme garantido por lei. Sugerimos que os cartazes também incluam informações de contato para denúncias ou esclarecimento de dúvidas, promovendo, assim, o acesso ágil e transparente a direitos essenciais.



## 10 | Fiscalização e denúncias

No exercício de promover e proteger os direitos das mulheres, a fiscalização de políticas públicas e o acolhimento de denúncias são ações centrais. Nesse contexto, realizamos vistorias em uma unidade habitacional coletiva, após o recebimento de denúncias de possíveis casos de importunação sexual contra mulheres e condutas inadequadas no local. Durante a visita, foram realizadas conversas com representantes da administração e escutas reservadas com algumas moradoras, possibilitando a identificação de relatos importantes sobre o ambiente e as relações interpessoais no espaço.

Diante das informações obtidas e visando à proteção e ao sigilo das denunciantes, as demandas foram formalmente encaminhadas ao órgão competente para apuração e adoção de medidas cabíveis. O registro da denúncia foi realizado por meio dos canais institucionais de atendimento, reforçando nosso compromisso com a segurança, o acolhimento e a promoção de um ambiente livre de violências e abusos.

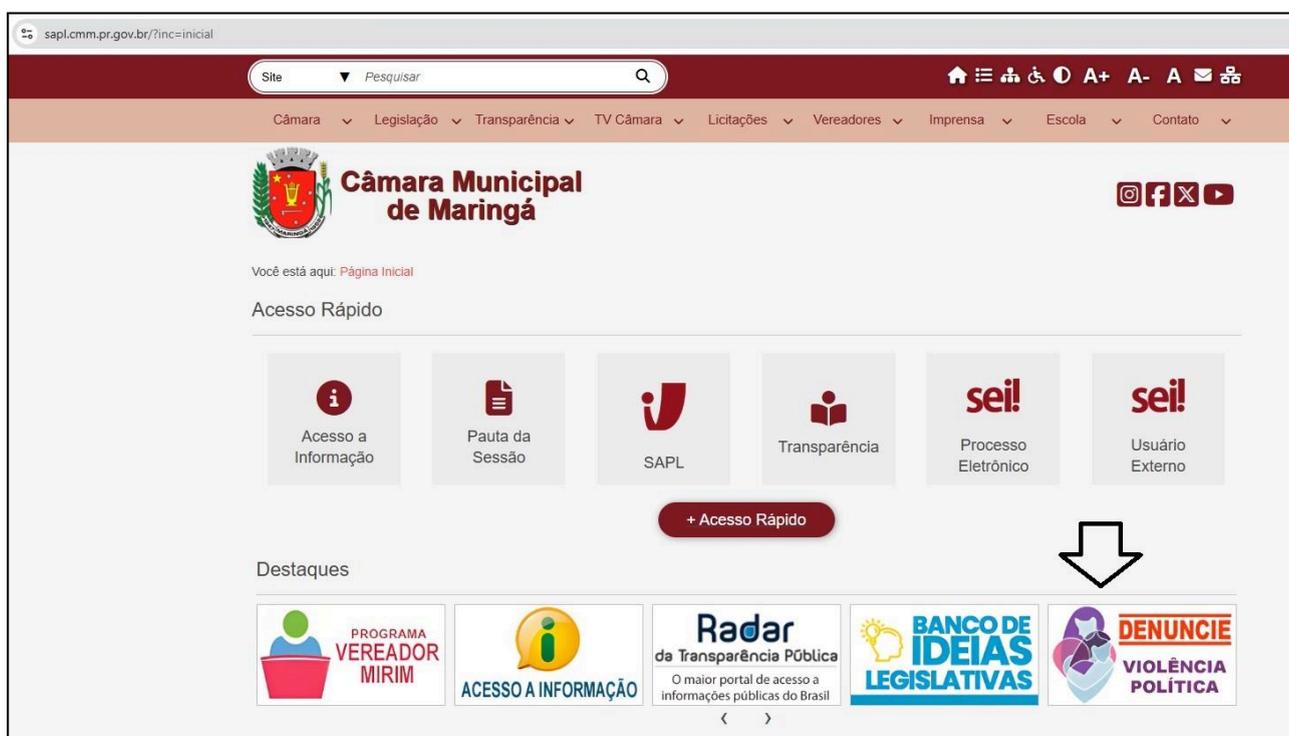
Além disso, recebemos denúncia sobre alegadas práticas de assédio moral e violência institucional no âmbito de uma Secretaria do Executivo Municipal. Como essas condutas, se confirmadas, representam formas de violência e atentam contra os princípios de dignidade e integridade psicossocial das mulheres; foram adotadas medidas para buscar a elucidação dos acontecimentos, incluindo a solicitação de esclarecimentos formais e o agendamento de reunião com a Secretaria de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal para tratar da garantia dos Direitos das mulheres servidoras e promoção de um ambiente de trabalho saudável e respeitoso.



## 11 | Combate à Violência Política Contra a Mulher

A participação feminina na política ainda enfrenta desafios significativos, sendo a violência política contra a mulher uma das expressões mais preocupantes dessa realidade. Esse fenômeno não se limita às barreiras que as mulheres enfrentam para acessar cargos políticos, mas também se manifesta durante o exercício de suas funções, com ataques e intimidações baseados em questões de gênero.

Para enfrentar essa problemática, a Procuradoria da Mulher tem adotado medidas concretas e estratégias de prevenção, educação e resposta a esses casos. Foi criado um canal exclusivo para recebimento de denúncias de violência política contra a mulher, disponível por meio de uma aba específica no site da Câmara Municipal de Maringá, identificada “Violência Política - Denuncie”.



Nesse espaço, também são disponibilizadas informações essenciais sobre o tema, incluindo definição, formas de manifestação, proteção legal garantida pela legislação federal e o Protocolo Municipal de Atuação Conjunta no Enfrentamento da Violência Política contra a Mulher, do qual a Procuradoria é signatária e colaborou em sua elaboração.



Paralelamente, a Procuradoria realiza ações de acolhimento e acompanhamento de denúncias. Um dos casos acompanhados envolveu a solicitação de informações atualizadas sobre a tramitação de uma denúncia de violência política contra a mulher, apresentada por uma candidata a vereadora nas eleições municipais. Esse acompanhamento visa a garantir a devida apuração e a proteção dos direitos das mulheres envolvidas.

Outra medida adotada foi a solicitação de estatísticas à Polícia Federal sobre os casos de violência política contra a mulher recebidos pelo órgão. Com isso, busca-se compreender o cenário local, fortalecendo as ações de enfrentamento e ampliando a articulação interinstitucional para garantir maior segurança e acolhimento às mulheres que enfrentam esse tipo de violência.



## 12 | Atendimento, orientação e acolhimento

Durante o período abrangido por este relatório, a Procuradoria da Mulher realizou uma série de atendimentos, tanto presenciais quanto virtuais, além de prestar suporte contínuo às vereadoras no planejamento e execução de ações em suas respectivas procuradorias.

Foram formalizadas as demandas de 10 mulheres, abordando situações como: dois casos de assédio moral, quatro casos de violência doméstica (um dos quais envolveu uma mulher idosa), dois casos de violência política (um destinado exclusivamente à orientação de uma pré-candidata), um caso de paciente aguardando uma cirurgia ginecológica há dois anos pelo SUS, e um caso de mulher em situação de vulnerabilidade social que enfrentava dificuldades para acessar a unidade pública de assistência social em sua região.

Simultaneamente, oferecemos orientação a outras mulheres que buscaram informações por meio das redes sociais e WhatsApp, esclarecendo dúvidas sobre os mecanismos de proteção à mulher. Durante campanhas específicas, realizamos diversas orientações presenciais, complementando os atendimentos virtuais e ampliando o alcance das nossas ações.

Cada caso encaminhado aos órgãos competentes foi cuidadosamente monitorado, garantindo, sempre que possível, que as mulheres recebam o suporte adequado e necessário para a resolução de suas demandas.



## 13 | Plano de ações para 2025

Para o ano de 2025, pretendemos desenvolver um conjunto de ações voltadas para tornar a Procuradoria da Mulher mais acessível, melhor se integrar a rede de apoio existente e incentivar a participação ativa das mulheres na política local, além de criar um ambiente mais acolhedor e informativo sobre os direitos das mulheres.

Entre as ações planejadas, destacamos a possibilidade de realizar ações itinerantes, com o objetivo de levar os serviços da Procuradoria a diferentes regiões da cidade. Essa iniciativa poderia atingir mulheres que, por questões geográficas ou sociais, não têm acesso aos serviços oferecidos pelas entidades tradicionais. Ao deslocar-se para pontos estratégicos, teríamos a oportunidade de alcançar um público mais amplo e oferecer assistência direta àqueles que ainda desconhecem os recursos disponíveis.

Outro projeto em avaliação é a difusão da Lei Maria da Penha nas escolas públicas e particulares de Maringá, visando esclarecer a importância dessa legislação no combate à violência doméstica e informar estudantes, com o intuito de formar uma nova geração mais consciente sobre os direitos das mulheres e as formas de combater a violência.

Consideramos também a realização de Rodas de Conversa sobre relacionamentos abusivos, com foco na conscientização sobre os sinais de abuso e nas alternativas de apoio disponíveis. Tal projeto pretende proporcionar um espaço seguro para que mulheres compartilhem suas experiências, tirem dúvidas e aprendam a identificar situações de abuso em suas relações pessoais, promovendo o empoderamento das participantes.

Pretendemos intensificar a divulgação de nossos serviços por meio do folder institucional já produzido, ampliando o alcance da Rede de Apoio e garantindo que mais mulheres conheçam os recursos disponíveis, sentindo-se acolhidas ao buscar ajuda.

Outro objetivo seria a promoção de programas de treinamento para sensibilizar os profissionais de saúde das Unidades Básicas de Saúde, com o intuito de evitar a revitimização das mulheres que buscam atendimento médico e orientá-las de maneira mais eficaz sobre os recursos disponíveis na Rede de Atendimento.

Dentro do escopo das ações voltadas para o empoderamento feminino, pretendemos implementar o programa "Parlamento das Mulheres", com a finalidade de incentivar a participação feminina na política local. Esse programa incluiria cursos de formação e eventos destinados a preparar mulheres para se engajarem ativamente no cenário político, promovendo maior representatividade feminina nas decisões políticas de Maringá.



Por fim, pretendemos explorar a possibilidade de firmar parcerias com instituições de ensino superior e outras entidades, com o intuito de viabilizar a implementação dessas ações e organizar melhor a atuação em rede. Lembramos que essas ações, que ainda estão em fase de avaliação e planejamento, poderão, caso sejam consideradas viáveis e adequadas, contribuir significativamente para o avanço na luta pela igualdade de gênero e pelo enfrentamento da violência contra a mulher em nosso município.

ANA LÚCIA RODRIGUES  
Procuradora da Mulher

